VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA SINDICAL: ANÁLISE DO DISCURSO VEICULADO NO JORNAL DA APEOESP ENTRE 1995 A 2010

Jaime Farias*
Ana Lúcia Calbaiser da Silva**

A partir da década de 1990, as demandas da globalização tornam-se cada vez mais perceptíveis no cenário político brasileiro, o que impulsiona um processo de reconfiguração do papel do Estado. Neste sentido, são adotados mecanismos de regulação considerados mais eficientes e flexíveis do que o modelo anterior. As políticas adotadas a partir de então serão pautadas na redução do controle burocrático. O suposto "excesso" de normatizações, considerado prejudicial ao crescimento econômico, torna-se o cerne de um discurso que defende a regulação por meio do controle dos resultados. Em linhas gerais, os princípios gerencialistas introduzidos na administração pública representaram uma alternativa viável para atender às demandas econômicas globais, ao passo que redefiniram consideravelmente as funções do Estado.

Esta nova configuração política passa a ser referida criticamente como "Estado Avaliador", segundo a definição de Guy Neave (1988), e sua atuação veio contribuir ao

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista FAPESP. Mestre em Educação (2010) e Licenciado em Pedagogia (2003) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro (2010).

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista CAPES. Mestra em Educação (2012) e Licenciada em Pedagogia (2010) pela mesma universidade.

processo de expansão dos sistemas educacionais - ou mercados educacionais, considerando esta perspectiva.

A orientação política do governo federal, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, resultou em um processo de legitimação das práticas avaliativas, sobretudo no que diz respeito aos instrumentos de avaliação externa em larga escala como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional de Cursos (ENC), aos quais se atribuiu o objetivo de melhorar a qualidade tanto da Educação Básica como da Educação Superior. João Luiz Horta Neto (2007, p. 12) comenta sobre a centralidade alcançada pela avaliação externa durante o governo FHC:

> É importante destacar, que, contrariamente ao que tem se difundido, a avaliação externa no Brasil não teve início durante o governo FHC. Muito antes desse período, no início dos anos 80, diversos foram os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo MEC e por entidades privadas, notadamente a Fundação Carlos Chagas. Foram estes estudos que formaram a base para a elaboração de um sistema de avaliação tão sofisticado como o SAEB. O que sim é verdade é que foi durante o governo FHC que a avaliação externa ganhou notoriedade e centralidade.

Além disso, durante o governo FHC houve uma convergência política entre os governos federal e estadual paulista, ambos governados pelo PSDB. Esta convergência das políticas baseadas na lógica gerencialista teve um considerável impacto sobre as políticas educacionais (MACHADO, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2003).

No estado de São Paulo, a avaliação externa em larga escala da educação básica ganha centralidade no discurso político-educacional a partir do governo de Mário Covas[1]. As políticas públicas avaliatórias implantadas neste período estavam inseridas em um sistema eficiente de gerenciamento das unidades escolares, que foram realizadas a partir

[1] Mário Covas Júnior (1930-2001) foi um político de grande expressividade no cenário político paulista com projeção no cenário nacional. Auxiliou na fundação de distintos partidos, como o Movimento Democrático Brasileiro - MDB (1965), o Partido da Mobilização Democrática Brasileira - PMDB (1980) e do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (1988). Foi deputado federal (1962 a 1966; 1982 a 1983), secretário dos transportes (1983) do governo Franco Montoro e, indicado por este, para assumir a prefeitura da cidade de São Paulo (1985). Em 1986 foi eleito senador (1986 a 1994). Foi um dos participantes da Assembleia Nacional Constituinte durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em 1994 foi eleito governador do Estado de São Paulo, pelo PSDB, tendo sido reeleito em 1998, pelo mesmo partido. Informações disponíveis em: <http://www.fundacaomariocovas.org.br/mariocovas/perfil/>. Acesso em: 26 nov. 2014.

da implantação de reformas pautadas na racionalização da rede de ensino pública do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1995). Dentre estas políticas destaca-se o SARESP.

Instituído por meio da Resolução SE N. 27, de 29 de março de 1996, o SARESP, inicialmente, teve como objetivos avaliar o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e subsidiar as tomadas de decisões do governo estadual (SÃO PAULO, 1996). O público alvo deste sistema avaliatório eram, prioritariamente, as escolas da rede estadual paulista. Contudo, o Sistema previa a adesão voluntária de escolas das redes municipal e particular. Nesta mesma Resolução, observa-se que o governo paulista buscou justificar a implantação do SARESP, utilizando os seguintes argumentos: a) necessidade de implantar uma política estadual avaliatória de rendimento escolar em articulação com o SAEB/MEC; b) urgência em recuperar o padrão de qualidade do ensino público paulista; c) busca por subsidiar processos de tomadas de decisões que têm como alvo a melhoria da administração educacional por meio dos resultados apurados; d) o dever de informar a sociedade sobre a performance da educação paulista; e) a premência das Delegacias de Ensino e escolas em conseguirem resultados prontamente para tomadas de decisões.

Embora sejam estes os aspectos enunciados no texto normativo que institui o SARESP, o processo de implantação apresentou algumas alterações. Entretanto, o eixo da política de avaliação foi mantido, qual seja, a estratégia anunciada pelo governo de implantar um "sistema" de avaliação externa em larga escala.

Dentre as modificações que o SARESP promoveu no sistema de ensino destaca-se a mudança de paradigma da avaliação. De acordo com Arcas (2010, p. 487), com o SARESP, "a centralidade do objetivo da avaliação deslocou-se, em certa medida, da decisão sobre a aprovação/reprovação para o Saresp. Essa situação revela que ele é, atualmente, o mais potente indutor e implementador de políticas educacionais no Estado de São Paulo".

Arcas (2010) indica que o SARESP pode ter grande influência nas práticas pedagógicas das escolas, quando estas tendem a utilizar este sistema avaliativo como foco da educação. Assim,

> a influência do Saresp e a necessidade de melhoria do rendimento escolar dos alunos podem gerar um ensino preocupado em atingir as metas previstas pela Secretaria da Educação, promovendo práticas escolares que não levem em consideração as especificidades dos

> estudantes, diferentes ritmos e trajetórias, definindo as necessidades unicamente por meio do Saresp (ARCAS, 2010, p. 486).

O modelo de avaliação implantado por meio do SARESP, considerando as estratégias de divulgação dos seus resultados e a sua influência sobre a definição do currículo escolar, propicia a adoção de determinadas práticas de controle da educação. Dentre estas práticas, pode-se mencionar a produção de informações sobre o aproveitamento escolar no âmbito de cada instituição, além da publicização dos seus resultados por meio da divulgação das médias de cada escola. Analisando este processo, Machado (2010, p. 125) afirma:

> Acreditamos que a publicidade dos resultados do SARESP, com esta ênfase somente no desempenho de cada escola, sem uma análise dos condicionantes que geraram este resultado, não contribui para a construção de uma escola comprometida com a aprendizagem de *todos* os seus alunos, como aliás, deve ser uma escola realmente pública *(itálico no original*).

Convém ressaltar que a ênfase no processo de aferição dos resultados (*assessment*) não ocorreu de forma aleatória. Ela já estava presente no documento de campanha de Mário Covas, denominado "Programa de Educação para o Estado de São Paulo" (MACHADO, 2010, p. 43). Percebe-se que o discurso presente em tal documento apontava para a adoção de políticas pautadas no modelo gerencial de administração aplicado ao setor público. Secchi (2013, p. 139) afirma que, neste modelo, o "foco está nos resultados, na capacidade de atingir metas" (SECCHI, 2013, p. 139). No âmbito educacional, isto representava direcionar a questão da qualidade na educação mais para aspectos administrativos do que para pedagógicos. A qualidade passa a ser aferida por meio de indicadores institucionais de desempenho no âmbito do sistema educacional, muito mais do que por critérios subjetivos do processo de ensino e aprendizagem. Isto possibilita a formação de ranques entre as escolas. Assim, por meio de responsabilização e *accountability*, cabe a cada escola a melhoria de seus indicadores (AFONSO, 2011; DELEON, 2010).

Observando o cenário político paulista, nota-se que as políticas posteriores a este modelo de avaliação asseguraram o vínculo entre os sucessivos governos do PSDB, o que permitiu a elaboração de vários instrumentos de controle gerenciais ligados ao SARESP, como a Bonificação por Resultados – BR (SÃO PAULO, 2008a), o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP (SÃO PAULO, 2008b),

o Currículo Oficial do Estado de São Paulo – Cadernos do Professor e do Aluno (SÃO PAULO, 2008c).

A implantação desta política de avaliação e seus desdobramentos produziram considerável impacto na educação pública estadual. Este processo, portanto, ocorreu num cenário de tensões constantes entre os atores envolvidos - docentes, discentes, comunidade, sindicatos, governo. Neste sentido, este estudo analisa o discurso sobre o SARESP, veiculado por um impresso sindical, o Jornal da APEOESP, no período de 1995 a 2010. O período delimitado refere-se aos primeiros 4 mandatos consecutivos do PSDB no governo do estado de São Paulo.

METODOLOGIA

A metodologia desta investigação pautou-se na análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para isso, considerou-se a advertência de Darnton (2010) sobre estudos de jornais. Na opinião do autor, os "jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos em si" (DARTON, 2010, p. 45). A partir disto, percebeu-se a importância de compreender como o Sindicato, representante do professorado do Estado de São Paulo, construiu e divulgou sua imagem diante de seus leitores (DARNTON, 2010; LEMOS, 2011), em especial sua posição frente ao SARESP.

O Jornal da APEOESP destaca-se por divulgar as ações do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), buscando atrair novos membros, colaborar para a formação profissional e política de seus leitores e legitimar a orientação política da maioria da diretoria. Sua periodicidade é irregular, variando entre 2 e 11 edições anuais, no período analisado. O Jornal da APEOESP é distribuído gratuita e exclusivamente aos professores filiados ao sindicato. Instrumentos bibliométricos de organização quantitativa do material (HAYASHI et. al., 2007), permitiram verificar que, entre 1995 e 2003, as tiragens oscilaram entre 135 mil e 160 mil exemplares. A partir de 2004, as tiragens do jornal são, geralmente, de 150 mil exemplares, ocorrendo pequenas e eventuais oscilações até 2010. Neste período foram publicados 84 exemplares[2], do número 203 ao 286. Foi necessário realizar a leitura de todos os exemplares coletados no

[2] No acervo, localizado na sede da APEOESP, em São Paulo, foram localizados 83 exemplares, sendo que o exemplar faltante corresponde ao número 255, de 2001.

acervo, a fim de identificar os artigos relacionados ao SARESP, ou que mencionavam o assunto indiretamente com outras denominações. Por meio da análise dos exemplares, foram selecionados 24 textos que apresentam discussões e/ou argumentações sobre o SARESP.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A investigação destes textos pautou-se nos pressupostos de Michel Foucault sobre a microfísica do poder. A perspectiva foucaultiana aponta para uma **concepção de poder** que não esteja pautada na lei e no privilégio da interdição ou da soberania, mas sim no ponto de vista do objetivo, da eficácia tática. Com base nesta noção de poder, realiza-se a análise "de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação" (FOUCAULT, 1990, p. 97).

A instauração de determinada racionalidade governamental e a legitimação dos seus discursos podem ser descritos com base na noção de "governamentalidade". Este conceito, segundo Foucault (2008, p. 143), refere-se ao "conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população" (FOUCAULT, 2008, p. 143).

O governo atua a partir de uma complexa rede de relações de saber/poder, fazendo com que a sobrevivência e os limites do Estado só possam ser compreendidos pelas "táticas gerais da governamentalidade" (FOUCAULT, 2008, p. 145). Isto significa que as práticas utilizadas para governar a população extrapolam a esfera das instituições governamentais *stricto sensu*, o que justifica o estudo da política por meio de práticas discursivas diversas, como as da imprensa sindical.

Em termos históricos, Peter Burke (2008, p. 75-76), considera que:

> Foucault escreveu uma história intelectual ou cultural que incluía tanto práticas como teorias, tanto corpos como mentes. Seu conceito de práticas está ligado a uma ênfase no que ele chamava de "mocrofísica" do poder, ou seja, de políticas de nível micro. As "práticas discursivas", afirmava ele, constroem ou constituem os objetos de que se fala, e, em última análise, a cultura ou a sociedade como um todo, enquanto "olhar" (*le regard*) era uma expressão da "sociedade disciplinar" moderna (PETER BURKE, 2008, p. 75-76).

Utilizando-se os conceitos foucaultianos mencionados, percebe-se que o olhar sobre o nível micro proporcionado pela leitura dos textos do jornal, revela determinados aspectos das relações de poder, que não podem ser percebidos apenas na leitura de documentos oficiais (leis, decretos, comunicados etc.). Isto possibilita uma leitura mais ampliada da teia de relações de poder que atua no campo político, a partir da qual podem ser percebidas certas regularidades, expressas em determinados discursos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Observando os efeitos decorrentes das práticas adotadas pelo governo estadual paulista, percebe-se a ênfase em legitimar o discurso da avaliação educacional. O processo de implementação do SARESP contou com a participação de outros atores sociais, dentre os quais o Jornal da APEOESP, ainda que se considere a atuação de certas forças de resistência. Como resultado, tem-se a viabilização desta política avaliativa. Paradoxalmente, o discurso de resistência adotado nas páginas do jornal, uma vez reconhecendo o SARESP, potencializa, em determinados aspectos, a legitimação deste instrumento de avaliação.

A presente análise permitiu verificar que, até o término de 1997, este impresso pouco discutiu a questão do SARESP. É provável que isto tenha ocorrido porque os educadores estavam diante de uma grande reforma que poderia prejudicar seus direitos trabalhistas e suas liberdades de organização. Convém ressaltar que as políticas realizadas na primeira fase da reforma (primeiro mandato de Mário Covas) tiveram resultados expressivos e, além disso, estavam em harmonia com a postura do governo federal. Desta forma, a leitura dos textos selecionados permite concluir que não houve, neste momento, um vigoroso discurso de combate ao SARESP nas páginas do Jornal da APEOESP. Acredita-se que isto ocorreu pelo fato de que, neste período, a avaliação da rede estadual pelo SARESP não é uma das principais contestações deste Sindicato. Sendo pouco mencionada, é possível que, neste momento, esta política estivesse em segundo plano diante das questões discutidas pela APEOESP. Outra possibilidade para este dado é a inclusão da questão do SARESP em outros discursos, como na contínua luta pela qualidade, frequentemente presente neste impresso. Mesmo assim, tal hipótese confirma a mencionada tese de que a APEOESP não problematizou o SARESP neste primeiro momento, em que a política avaliativa estava sendo implementada. Este quadro se

modifica a partir de 1998, quando o Sindicato apresenta discursos críticos ao SARESP. Desta maneira, neste segundo momento, o SARESP é uma das políticas públicas às quais o Sindicato se opõe. Isto significa que o modo como o Jornal da APEOESP expõe a questão da avaliação da educação, especificamente o SARESP, altera-se com o passar do tempo.

Percebe-se que os argumentos são diversos, contudo, a própria política educacional foi modificada em meio às tensões, às forças presentes no cotidiano. Por isso, buscou-se identificar os textos do jornal nos quais o Sindicato discute ou expõe argumentos em relação ao SARESP.

O discurso sobre o SARESP no Jornal da APEOESP configura-se em meio a quatro movimentos de resistência, descritos como:

1) **Resistência difusa**: quando a política de avaliação é anunciada, mas ainda não há um instrumento de avaliação. Este movimento é observado em um único texto publicado em 1995, quando havia certo receio quanto aos rumos a serem tomados pelo governo. O Jornal da APEOESP argumentava que um sistema baseado em avaliações padronizadas poderia aumentar a discriminação na rede (O QUE FARÁ…, 1995, p. 8);

2) **Resistência crítico-operacional**: centrada no modo de aplicação e divulgação dos resultados do SARESP. Percebe-se que ao articular sua resistência, o Jornal da APEOESP acaba legitimando o SARESP. Este movimento tem início em 1998, quando os resultados desta avaliação servem como parâmetro para discutir o baixo desempenho dos estudantes negros (EVENTOS…, 1998, p. 7). Outros textos caracterizam esta resistência, como a crítica ao modo como o SARESP está sendo utilizado com outros propósitos: para punir alunos e professores. Segundo, o Jornal, a lógica que predomina é "inspirada numa visão mercadológica da gestão de recursos públicos", e as "inovações" pedagógicas implantadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo não são acompanhadas da formação e desenvolvimento profissional (MANFREDI, 2001, p. 7);

3) **Resistência crítico-incidental**: baseada nos efeitos da divulgação dos resultados e na utilização do SARESP como fundamento a outras políticas educacionais. Em 2001, o Jornal da APEOESP publica um texto afirmando que a classificação das escolas em cores diferentes, de acordo com os resultados do SARESP, representa um desrespeito à comunidade escolar, pois não apresenta perspectivas de melhoria das condições de trabalho e da qualidade do ensino. Além disto, o uso do SARESP para

definir quais alunos seriam aprovados ou reprovados no final do primeiro e do segundo ciclos é considerado pela APEOESP como uma "clara intervenção na autonomia das escolas" (EDITORIAL, 2001, p. 3);

4) **Resistência crítico-estratégica**: fundamentada no modelo do sindicalismo de resultados, ou seja, na definição de ações específicas e pontuais do Sindicato, deixando em segundo plano a crítica aos fundamentos da política de avaliação. Percebe-se que este movimento caracteriza-se por diversas críticas ao SARESP, tendo em comum o direcionamento concreto das ações do Sindicato na defesa dos interesses dos professores. Existe certa preocupação em aglutinar a categoria em torno de lutas específicas, dentre as quais, a questão do pagamento do bônus. Em publicação de 2010, o Sindicato anuncia que moveu uma ação coletiva contra o SARESP, posicionando-se da seguinte forma: "É pública a posição da APEOESP contra a forma como o SARESP é concebido e aplicado, assim como é pública nossa discordância quanto à utilização do IDESP para o cálculo do bônus aos professores; tendo em vista que queremos bons salários e não bônus e gratificações" (APEOESP…, 2010, p. 9). Além disto, defende a seriedade na aplicação das medidas, mesmo discordando delas por princípio: "se o SARESP existe, como qualquer outro programa governamental deve ser implementado com competência e seriedade" (APEOESP…, 2010, p. 9).

Convém ressaltar que os quatro movimentos supracitados, com exceção ao da resistência difusa, foram percebidos em distintos períodos, ou seja, não há um marco que indica o fim de determinado movimento. Pode-se comparar este movimento a um pêndulo que ora aparece ora suprime certos discursos de resistência ao SARESP.

O estudo indicou que o discurso sobre o SARESP veiculado no Jornal da APEOESP, no período de 1995 a 2010 apresentou distintas formas de resistência por parte do Sindicato, transformando-se ao longo do tempo. Contudo, este discurso manteve-se dentro de uma lógica de oposição ao governo, ora apresentando uma crítica mais veemente e direcionada aos fundamentos da questão avaliativa ora posicionando-se de forma moderada ou estratégica, buscando o apoio dos professores para a luta por questões mais específicas, especialmente questões salariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

APEOESP. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 203 a 286, 2005 a 2010.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Questões polêmicas no debate sobre políticas educativas contemporâneas: o caso da *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. In: ALVES, Maria Palmira; DE KETELE, Jean-Marie (Orgs.). **Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo**. Porto: Porto Editora, 2011. p. 83-101.

APEOESP move ação contra SARESP. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 286, p. 9, dez. 2010.

ARCAS, Paulo Henrique. Saresp e progressão continuada: implicações na avaliação escolar. **Estudos em Avalição Educacional**. vol. 21, n. 47, p. 473-488, set./dez. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312010000300004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultura?** 2. ed. rev. e ampl. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELEON, Linda. Sobre agir de forma responsável em um mundo desordenado: ética individual e responsabilidade administrativa. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública:** coletânea. Tradução de Sonia Midori Yamamoto e Mirian Oliveira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. p. 573 - 594.

EDITORIAL. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 256, p. 3, nov./dez. 2001.

EVENTOS trazem propostas para combater o racismo. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 237, p. 7, jul. 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. et. al. Um estudo bibliométrico sobre a educação jesuítica no Brasil colonial. **Biblios:** Revista de Bibliotecologia y Ciencias de La Información (Lima-Peru), v. 8, n. 27, p. 1-18, 2007.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación,** n. 42/5, 25 abr. 2007.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. **Professores em movimento**: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

MACHADO, Cristiane. **Avaliar as escolas estaduais de São Paulo para quê?** uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000. Curitiba: CRV, 2010.

MANFREDI, Sílvia. Mudanças nas regras do sistema de avaliação desqualificam Escola Pública. **Jornal da APEOESP**, n. 256, p. 7, nov./dez. 2001.

NEAVE, Guy. On the cultivation of quality, efficiency and entreprise: an overview of recent trends in higher education in Wertern Europe, 1986-1988. **European Journal of Education**, v. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.

O QUE FARÁ a nova secretária. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 203, p. 8, dez./jan. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Comunicado SE, de 22 de março de 1995**. Torna público as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998. Publicado no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 105, n. 56, p. 8-10, 23 mar. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução SE n. 27**, de 29 de março de 1996. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. São Paulo. 1996. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 106, n. 62, p. 6, 02 abr. 1996.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1078**, de 17 de dezembro de 2008. Institui a Bonificação por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências correlatas. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 239, p. 1, 18 dez. 2008a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução SE n. 74**, de 6 de novembro de 2008. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 211, p. 19, 07 nov. 2008b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução SE n. 76**, de 7 de novembro de 2008. Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 212, p. 29, 08 nov. 2008c.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.